



Conselho de
Monitoramento e
Avaliação de
Políticas Públicas

Relatório de Recomendações

Programa Seguro Desemprego

Ciclo 2019

Sumário Executivo

1. O Seguro Desemprego é um benefício de abrangência nacional, que consiste em uma proteção social e tem como objetivo prover a assistência financeira temporária do trabalhador desempregado em virtude de ter sido dispensado sem justa causa, inclusive a indireta.
 2. O Seguro Desemprego, em caso de desemprego involuntário, está previsto no art. 7º da Constituição da República de 1988, entre os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, visando a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social.
 3. O Ministério da Economia, por meio de suas Secretarias, é órgão executor da política. A operacionalização do Seguro Desemprego se dá por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), o qual possui como unidades de atendimento as Superintendências Regionais do Trabalho (nível federal) e unidades instituídas pelas esferas de governo (nível estadual ou municipal). Também participa da política a Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável por repassar os valores pagos relacionados ao benefício.
 4. A Avaliação Executiva do Seguro Desemprego abordou, no que coube, diagnóstico do problema, desenho da política, gestão e governança, implementação, resultados e impactos, buscando possíveis medidas para o seu aprimoramento.
 5. A Avaliação buscou responder às seguintes questões:
 - 5.1. Há outras ações no âmbito do Ministério ou de outros ministérios que também se destinam à resolução do mesmo problema?
 - 5.2. Qual a evolução dos indicadores relacionados ao problema e às suas causas?
 - 5.3. Verifica-se a existência ou a estruturação da política segundo modelo lógico?
 - 5.4. Os bens ou serviços são efetivamente entregues aos beneficiários? Como isso tem sido acompanhado pela gestão da política?
 - 5.5. A estrutura de governança contribui para a atuação dos envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas competências e responsabilidades, e da articulação das instituições e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?
 6. Entre os achados, destacam-se:
 - 6.1. Significativa desproporção de gastos entre a política passiva (benefício financeiro do Seguro Desemprego) e a política ativa (qualificação profissional e intermediação de mão de obra);
 - 6.2. Possível sobreposição de políticas públicas, especialmente Seguro Desemprego e FGTS;
 - 6.3. Ausência de formalização de modelo lógico da política pública;
 - 6.4. Baixa transparência, especialmente em relação aos valores do benefício; e
 - 6.5. Possíveis pagamentos indevidos de benefícios do Seguro Desemprego.
-

Recomendações

NÚMERO	PERGUNTA	ACHADOS	RECOMENDAÇÕES
1	Verifica-se a existência ou a estruturação da política segundo modelo lógico?	Não foram identificadas evidências da estruturação da política pública em formato de modelo lógico.	Recomenda-se ao Gestor que aprimore o Modelo Lógico do Programa Seguro Desemprego, englobando a política ativa (intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional) e a política passiva (benefício financeiro do Seguro-Desemprego).
2	A estrutura de governança contribui para a atuação dos envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas competências e responsabilidades, e da articulação das instituições e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?	Verificou-se uma variedade de atores envolvidos no processo de gestão do Seguro Desemprego, aumentando sua complexidade e não contribuindo para a articulação da atuação dos envolvidos.	Recomenda-se ao Gestor que avalie a pertinência de realizar avaliação de governança do Programa do Seguro Desemprego, considerando a quantidade e a variedade de agentes envolvidos nessa política pública, o que aumenta sua complexidade e o risco de ineficiências.